



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**MARIANA BÁRBARA LIRA TELES**

**MATERNIDADE SOLO, PLURALIDADES E ENFRENTAMENTOS:  
TECENDO REFLEXÕES ATRAVÉS DE UMA REVISÃO NARRATIVA**

**CAMPINA GRANDE  
2023**

MARIANA BÁRBARA LIRA TELES

**MATERNIDADE SOLO, PLURALIDADES E ENFRENTAMENTOS:  
TECENDO REFLEXÕES ATRAVÉS DE UMA REVISÃO NARRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado a/ao Coordenação/Departamento do  
Curso de Psicologia da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do  
título de Bacharel em Psicologia.

**Orientadora:** Profa. Dra. Diana Sampaio Braga.

**CAMPINA GRANDE  
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

T269m Teles, Mariana Barbara Lira.

Maternidade solo, pluralidades e enfrentamentos [manuscrito] : tecendo reflexões através de uma revisão narrativa / Mariana Barbara Lira Teles. - 2023.  
36 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Diana Sampaio Braga, Departamento de Educação - CEDUC. "

1. Maternidade. 2. Aspectos psicossociais. 3. Desafios. I.

Título

21. ed. CDD 302

MARIANA BÁRBARA LIRA TELES

**MATERNIDADE SOLO, PLURALIDADES E ENFRENTAMENTOS:  
TECENDO REFLEXÕES ATRAVÉS DE UMA REVISÃO NARRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado a/ao Coordenação/Departamento do  
Curso Psicologia da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título  
de Bacharel em Psicologia.

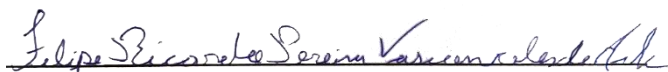
Área de concentração: Psicologia Social.

Aprovada em: 16/11/2023.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dra. Diana Sampaio Braga (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Felipe Ricardo Pereira Vasconcelos de Arruda  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Livânia Beltrão Tavares  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Às pessoas significativas que me auxiliaram durante o meu percurso acadêmico e à todas as mulheres que vivenciam o contexto da maternidade solo, DEDICO.

“Pela maior parte da História, ‘anônimo’ foi uma mulher.”

- Virginia Woolf

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Estudos incluídos nas categorias de análise .....	13
--	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
DPP	Depressão Pós-Parto
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PCD's	Pessoas Com Deficiência
UBS	Unidade Básica de Saúde



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	12
<b>3</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	18
<b>3.1</b>	<b>A consolidação do maternar no imaginário social: Um resgate sócio histórico</b> .....	18
<b>3.1.1</b>	<i>Ser mãe-solo no século XXI: Compreendendo as vicissitudes experienciadas sob uma ótica psicossocial</i> .....	22
<b>3.1.2.1</b>	<i>Re(significando) a maternidade solo e desconstruindo estigmas: Novas possibilidades e estratégias de enfrentamento</i> .....	28
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	31
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	31
	<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	34

## **MATERNIDADE SOLO, PLURALIDADES E ENFRENTAMENTOS: TECENDO REFLEXÕES ATRAVÉS DE UMA REVISÃO NARRATIVA**

### **SOLO MOTHERHOOD, PLURALITIES AND CONFRONTATIONS: WEAVING REFLECTIONS THROUGH A NARRATIVE REVIEW**

Mariana Bárbara Lira Teles<sup>1</sup>

#### **RESUMO**

Na contemporaneidade, a expressão mãe-solo tem se popularizado como uma tentativa de desconstruir a nomenclatura pejorativa e estigmatizada “mãe solteira”, diretamente atrelada ao estado civil. Por muito tempo, o termo foi tratado sob a ótica do controle social nas sociedades patriarcais, na qual o maternar representou, e ainda representa, um componente de subjugação da mulher em relação ao homem. Hodiernamente, a expansão demográfica das famílias monoparentais femininas representa, até certo ponto, o enfraquecimento deste sistema, desvelando esse grupo de mulheres como provedoras que desempenham rotineiramente múltiplas funções: a de mãe, dona de casa e profissional. Tomando como base este cenário, o presente estudo trata-se precisamente de uma revisão bibliográfica narrativa qualitativa, que objetivou compreender os aspectos psicossociais e desafios que atravessam o cotidiano de mães-solo. A busca dos estudos se deu a partir da utilização de diferentes bases de dados, a saber: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Google Acadêmico, Lilacs, PsycInfo e PePSIC, cujo recorte temporal foi delimitado a partir de artigos científicos e textos acadêmicos brasileiros publicados nos últimos 16 anos. Após serem criteriosamente selecionados, os materiais passaram por três etapas: fichamento, análise e categorização. Este estudo fundamentou-se a partir de duas seções. A primeira destinou-se a esboçar uma discussão introdutória acerca do percurso sócio histórico da maternidade ao longo dos tempos. A segunda, por sua vez, contempla a análise de duas categorias que foram construídas por meio da análise dos materiais criteriosamente selecionados com a finalidade de responder à questão norteadora e ao objetivo de pesquisa. São elas: 1) Os aspectos psicossociais associados às mães-solo contemporâneas; e, 2) As novas perspectivas e estratégias de enfrentamento frente ao fenômeno da monoparentalidade feminina. A partir da análise feita, identificou-se que as antigas concepções sócio históricas da maternidade seguem gerando consequências sociais, emocionais e psicológicas na configuração familiar monoparental feminina, comprovadas, especialmente, por suas trajetórias permeadas por discriminação social em razão do estado civil, abandono parental, vulnerabilidade social, falta de rede de apoio, sofrimento psíquico e sobrecarga de natureza diversa. Urge, portanto, a necessidade da ampliação de políticas públicas que operem na assistência socioemocional e na garantia do exercício dos direitos femininos a este público.

**Palavras-chave:** maternidade solo; aspectos psicossociais; desafios; enfrentamentos.

#### **ABSTRACT**

In contemporary times, the expression single mother has become popular as an attempt to deconstruct the pejorative and stigmatized nomenclature “single mother”, directly linked to marital status. For long time, the term was treated from the perspective of social control in the patriarchal societies, in which mothering represented, and still represents, a component of the

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Email: mariana.teles@aluno.uepb.edu.br.

women's subjugation in relation to men. Today, the demographic expansion of female single-parent families represents, to a certain extent, the weakening of this system, revealing this group of women as providers who routinely perform multiple roles: mother, housewife and professional. Taking this scenario as a basis, the present study is precisely a qualitative narrative bibliographical review, which aims to understand the psychosocial aspects and challenges that permeate the daily lives of mothers solo. The search for studies was based on the use of different databases, namely: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Scholar, Lilacs, PsycInfo and PePSIC, whose time frame was delimited from scientific articles and Brazilian academic texts published in the last 16 years. After being carefully selected, the materials went through three stages: recording, analysis and categorization. This study was based on two sections. The first was intended to outline an introductory discussion about the socio-historical path of motherhood over time. The second, in turn, contemplates the analysis of two categories that were constructed through the analysis of carefully selected materials with the purpose of answering the guiding question and the research objective. They are: 1) The psychosocial aspects associated with contemporary solo mothers; and, 2) New perspectives and strategies for coping with the phenomenon of female single parenthood. From the analysis carried out, it was identified that the old socio-historical conceptions of motherhood continue to generate social, emotional and psychological consequences in the female single-parent family configuration, proven, especially, by their trajectories permeated by social discrimination due to marital status, abandonment parental, social vulnerability, lack of support network, psychological suffering and overload of various natures. Therefore, there is an urgent need to expand public policies that operate in socio-emotional assistance and guarantee the exercise of female rights for this group of women.

**Keywords:** solo maternity; psychosocial aspects; challenges; confrontations.

## 1 INTRODUÇÃO

A família é compreendida como um fenômeno multidimensional, complexo e plural, diretamente atrelado às transformações socioeconômicas e culturais que propiciaram, ao decorrer do escopo temporal e histórico, a necessidade de ela passar por mudanças no que tangencia à sua dinâmica, configuração, relações entre seus membros e os papéis por eles desempenhados (Babiuk, 2015; Benatti et al., 2021).

Uma destas mudanças foi a abertura à possibilidade de dissolução dos casamentos propiciada pela consolidação da “Lei do Divórcio”, efetivada no ano de 1977. A separação dos casais, articulada com o abandono paterno, tornou-se uma das principais molas propulsoras para a constituição de famílias monoparentais. Como forma de comprovar esta afirmação, evidencia-se, nas produções científicas, o retrato social da monoparentalidade enquanto uma modalidade parental resultante do processo de separação conjugal (Borges, 2020; Benatti et al., 2021).

Por ser histórica e socialmente colocada na condição de principal responsável pelo cuidado, socialização e educação do(s) filho(s), a mulher, no contexto de divórcio, passou a defrontar-se com uma supremacia de guardas unilaterais maternas. Denota-se, nesse viés, uma falta de envolvimento por parte da figura paterna que é socialmente normatizada, prevalecida até os dias atuais nas majoritárias relações parentais mononucleares (Borges, 2020; Benatti et al., 2021).

A partir da promulgação da Constituição de 1988, responsável por trazer em perspectiva novos contornos familiares, a expressão “famílias monoparentais” passou a ser legitimamente reconhecida no âmbito jurídico e solidificada no corpo social, sendo entendida como uma configuração familiar em que a figura materna ou paterna independe de um cônjuge e possui filho(s) dependente(s), sendo compostas, sobretudo, pela figura parental feminina (Babiuk, 2015; Lima, 2020; Borges, 2020; Benatti et al., 2021).

Concomitante a este cenário, a introdução constitucional do princípio de igualdade e a consolidação das lutas contra a desigualdade de gênero foram cruciais para enfraquecer a dominação da Família Tradicional Patriarcal, a qual colocava a figura masculina como o centro da organização matrimonial e do conceito de família. Este modelo opressor, guiado pelos princípios conservadores, configurou-se historicamente como um dos maiores responsáveis por instalar uma relação de poder assimétrica, desproporcional e violadora dos direitos femininos (Babiuk, 2015; Borges, 2020).

Hodiernamente, a expansão demográfica das famílias monoparentais femininas representa, até certo ponto, o enfraquecimento deste sistema, desvelando esse grupo de mulheres como provedoras que desempenham rotineiramente múltiplas funções: a de mãe, dona de casa e profissional. Entretanto, no entorno de suas plurais realidades, manifesta-se predominantemente o abandono, o estigma social, e a sobrecarga de natureza diversa que incide sob a mulher (Santos, 2020; Santos, 2022; Borges, 2020; Magalhães; Nascimento; Da Rocha, 2021).

Na contemporaneidade, a expressão mãe-solo tem se popularizado como uma tentativa de desconstruir a nomenclatura pejorativa e estigmatizada “mãe solteira”, diretamente atrelada ao estado civil. Por muito tempo, o termo foi tratado sob a ótica do controle social nas sociedades patriarcais, na qual o maternar representou, e ainda representa, um componente de subjugação da mulher em relação ao homem (Silva; Cassiano; Cordeiro, 2019; Borges, 2020).

Diferentemente do que o imaginário social pensa, o ser mãe-solo não é determinado apenas pela separação dos cônjuges. Pelo contrário, reafirma-se a existência de diversos aspectos que conduzem à uma caracterização mais abrangente desta experiência, levando em consideração os aspectos psicológicos, sociais, políticos e culturais de cada sujeito (Thurler, 2009; Borges, 2020).

Conforme a socióloga Ana Liési Thurler, a maternagem solo pode ser percebida de maneiras distintas, a saber: pelo processo de adoção; gerando filhos por inseminação artificial sem ter uma relação conjugal; quando há a ocorrência de uma gravidez em que o parceiro não manifesta disposição de assumir a criança, porém a mulher opta por prosseguir com a gestação (Thurler, 2009), ou, ainda, em casos de viuvez (Barbosa et al., 2023).

Além desses casos, Oliveira, Pereira e Rolim (2021) expõem que há situações de não participação paterna dentro do próprio casamento. Logo, mulheres casadas e que convivem com o marido, podem ser consideradas mães-solo à medida em que há o entendimento de que seus cônjuges não têm participação ativa (ou têm participação mínima) no cuidado e criação de seus filhos, ou seja, quando as tarefas de paternidade e maternidade não são atribuídas e distribuídas similarmente.

A literatura enfatiza que o número de pesquisas científicas que se debruçam ao público-alvo de mulheres inseridas em contexto monoparental é considerado significativo, isso quando comparado à quantidade de estudos que voltam-se às demais configurações familiares atípicas. Nesse sentido, infere-se que a esfera científica se concentra naquilo que é mais latente na realidade das famílias monoparentais, a maternagem solo (Benatti et al., 2021).

Em solo brasileiro, os números estatísticos refletem e respaldam, por si só, o crescimento demográfico de mulheres mães-solo e o consequente abandono parental por parte da figura paterna.

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve um salto significativo no número de famílias compostas por mães sem cônjuges nos últimos anos, passando de 10,5 milhões em 2010, para 11,6 milhões em 2015 (Brasil, 2018). Ademais, estatísticas divulgadas pela Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) apontam que, em mais de 42% dos domicílios comandados por mulheres, foi constatada a ausência de marido ou companheiro (Ipea, 2011).

Um levantamento feito em 2023, apurado pela GloboNews com base em dados oriundos do Portal da Transparência do Registro Civil, revelou que o Brasil conta atualmente

com mais de 110 mil certidões sem menção paterna, correspondendo a um aumento considerável de 5%, em comparação aos dados do ano anterior. Ainda conforme esses dados, dos 1.614.232 nascimentos constatados este ano, 6,8% fazem parte da estatística de certidões com pai ausente.

Expondo um panorama do não reconhecimento da paternidade no Brasil, a obra de Thurler (2009) revela algumas das rotas de fuga abertas aos homens, como a negligência do registro civil e os limites da atuação do Ministério Público. A autora reflete que todos deveriam ter o mesmo direito de ter os filhos que desejam e quando desejam. Todavia, a estrutura do controle da reprodução no Brasil segue a permitir que a deserção da paternidade fique à disposição da figura masculina (Bensusan, 2012).

Sob esse escopo, o estudo desenvolvido por Borges (2020) elucida que a discriminação em razão do estado civil, o abandono parental, a desigualdade de salários e oportunidades de inserção e ascensão no mercado trabalho, bem como a sobrecarga feminina no que concerne ao trabalho de cuidado com os(as) filhos(as), são aspectos notórios que permeiam os desafios em ser mãe solo no âmbito social emergente, o que vai de encontro às mudanças constitucionais ocorridas ao decorrer do percurso histórico, ferindo veementemente o asseguramento da dignidade da pessoa humana e a igualdade de gênero.

Refletindo acerca do exercício solitário das responsabilidades parentais, Mariano et al. (2020) afirmam:

A relação monoparental representada pela mãe solo, onde a figura feminina exerce o papel materno e paterno, a mesma se coloca em uma posição de assumir uma gama de responsabilidades como o sustento financeiro, afetivo, funções protetivas, afazeres domésticos, ocasionando muitas vezes o acúmulo de tarefas desencadeando possíveis transtornos (Mariano et al., 2020, p. 1).

Logo, “as maternidades solo”, enquanto realidade latente em território brasileiro, representam uma experiência determinada por estruturas de poder que recaem na vida das mulheres, sobretudo negras, levando-as ao enfrentamento de trajetórias permeadas de preconceito, sofrimento psíquico e sobrecarga. Determinados atravessamentos do racismo e sexismo em suas vivências, o contexto do abandono paterno e a escassez de políticas públicas que operem na assistência a esse grupo de mulheres, apresentam-se como fatores preponderantes que exercem forte influência na perpetuação da marginalização e vulnerabilidade social deste público (Babiuk, 2015; Borges, 2020; Nascimento et al., 2022).

Em consonância a este panorama, os apontamentos trazidos por Benatti et al. (2021) e Magalhães, Nascimento e Da Rocha (2022) informam que uma parcela expressiva dos grupos sociais que vivenciam o contexto da monoparentalidade não contam com uma rede de apoio significativa e suporte social, o que repercute, de forma direta, no acometimento da saúde mental desse grupo social.

Com base nesse recorte contextual, o presente estudo apoia-se no objetivo geral de compreender os aspectos psicossociais e desafios que atravessam o cotidiano de mães-solo. Como forma de atender aos objetivos de pesquisa, foi feita a procura de materiais científicos em bases de dados, a saber: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Google Acadêmico, Lilacs, PsycInfo e PePSIC. Após serem criteriosamente selecionados, os estudos passaram pelo processo de fichamento, categorização e análise.

O presente estudo apoia-se em duas sessões. Em primeiro plano, expõe-se a estruturação de uma necessária discussão introdutória que traz em perspectiva o percurso sócio histórico da maternagem ao longo dos tempos. Em segundo plano, contempla-se a análise de duas categorias que foram construídas por meio do levantamento de dados dos materiais criteriosamente selecionados com a finalidade de responder à questão norteadora e ao objetivo de pesquisa. São elas: 1) Os aspectos psicossociais associados às mães-solo contemporâneas; e, 2) As novas perspectivas e estratégias de enfrentamento frente ao fenômeno da monoparentalidade feminina.

Portanto, a elaboração e construção deste estudo bibliográfico ampara-se na seguinte pergunta norteadora: “Quais atravessamentos psicossociais e desafios perpassam as vivências de mães-solo?”.

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo apresenta-se como uma revisão bibliográfica narrativa do tipo descritiva, de caráter metodológico qualitativo. De acordo com as palavras de Rother (2007, n.p): “os artigos de revisão narrativa são publicações amplas apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou conceitual”.

A revisão narrativa ou tradicional apresenta uma temática mais expositiva e aberta, partindo majoritariamente de uma questão ou problemática ampla, sem exigências de um protocolo rigoroso e metódico para sua execução. A busca das fontes, por sua vez, cunha-se como não pré-determinada e não específica, sendo frequentemente menos abrangente. A seleção dos artigos é confeccionada de maneira arbitrária, provendo o autor de informações sujeitas a viés de seleção, cuja interferência da percepção subjetiva é amplamente utilizada (Cordeiro et al., 2007).

Nesse sentido, as produções que utilizam este tipo de revisão constituem-se a partir da análise da literatura científica na interpretação e análise crítica do autor. Apesar de sua força de evidência científica ser considerada baixa devido à impossibilidade de reprodução de sua metodologia, as revisões narrativas podem trazer contribuições significativas e potentes nas discussões e debates acerca de determinadas temáticas, corroborando no levantamento, aquisição e atualização do conhecimento em curto espaço de tempo (Rother, 2007).

Com base nisso, este estudo tem por objetivo realizar uma revisão narrativa de estudos sobre o fenômeno da monoparentalidade feminina, consolidando as mães-solo enquanto objeto de estudo a ser investigado. Para isso, buscou-se fundamentá-lo a partir de duas sessões. A primeira destina-se à exposição do percurso sócio histórico da maternidade ao longo dos tempos. A segunda contempla a análise de duas categorias, construídas a partir dos dados levantados mediante os achados científicos selecionados. A categoria 1 traz uma discussão acerca dos aspectos psicossociais associados às mães-solo contemporâneas. Já a categoria 2 elucida as novas perspectivas e estratégias de enfrentamento frente ao fenômeno investigado, a maternidade solo.

Vale mencionar, ademais, que uma parte dos estudos criteriosamente selecionados trazem conteúdos que contemplam as duas categorias supracitadas. Então, infere-se que os mesmos passaram pelo processo de análise a partir de aspectos diferentes, levando em consideração os respectivos assuntos abordados.

O processo de coleta do material procedeu-se de forma não sistemática, no período de Junho à Agosto do ano de 2023. Para fins de delinear o campo de pesquisa, foram utilizados os seguintes estímulos indutores de aceção sinônima: “maternidade”; “maternidade solo”; “maternidade solitária”; “monoparentalidade feminina”; “mãe solo”; “mãe solteira” e “mãe sozinha”. As produções foram pesquisadas em bases de dados científicas, tais como: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Google Acadêmico, Lilacs, PsycInfo e PePSIC.

Delimitou-se a busca de materiais a partir dos seguintes critérios de inclusão: estudos redigidos no idioma português; disponíveis *on-line* e em sua íntegra; recorte temporal de textos acadêmicos e artigos científicos dos últimos 16 anos (2007 a 2023), dando maior prioridade às publicações mais recentes acerca da temática; livros disponibilizados fisicamente e *on-line* relacionados à temática da pesquisa; e estudos cujos títulos e resumos conduzam à questão norteadora e aos objetivos geral e específicos desta revisão. Como critérios de exclusão, não fizeram parte deste estudo bibliográfico materiais escritos em língua estrangeira; textos incompletos; estudos não correspondidos ao recorte temporal pré-estabelecido, e títulos/resumos de pesquisas que vão de encontro aos objetivos deste trabalho.

Precisamente, após o estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão, fizeram parte da presente revisão 26 artigos científicos publicados em revistas, periódicos e eventos, 3 Trabalhos de Conclusão de Curso e 2 Dissertações de Mestrado. Além disso, foram utilizados 3 livros: “*Em nome da mãe: o não reconhecimento paterno no Brasil*”, da autora Ana Liése Thurler (2009); “*Um amor conquistado: Um mito do amor materno*”, da autora Elizabeth Badinter (1985), e um dos capítulos da obra “*Aborto e (Não) Desejo de Maternidade(s): questões para a Psicologia*”, intitulado como: “*Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia*”, de autoria de Valeska Zanello (2016). O primeiro livro compôs o tópico “Introdução”, já as duas últimas obras foram utilizadas como textos-base para fundamentar teoricamente a discussão acerca das concepções sócio históricas da maternagem.

Assim, ao total, obteve-se uma quantidade de 34 materiais utilizados durante este estudo de revisão narrativa, desde o tópico introdução até o tópico conclusão. Subsequente à seleção, realizou-se a leitura dos materiais em sua íntegra. Os estudos que fundamentam a discussão introdutória acerca do resgate sócio histórico das concepções da maternidade, foram, por sua vez, fichados e analisados. Já os dados coletados em prol de responder à questão norteadora e aos objetivos de pesquisa, passaram pelo processo de fichamento, categorização e análise, de forma sequenciada.

Segue abaixo, no **Quadro 1**, em ordem alfabética, a exposição demonstrativa dos materiais que compõem as categorias de análise da presente revisão bibliográfica narrativa:

**Quadro 1** – Estudos incluídos nas categorias de análise

AUTORIA/ANO:	TÍTULO:	TIPO DE PESQUISA:	RESULTADOS:
Antoniazzi (2021)	<b>Maternidade: uma forma de opressão?</b>	Análise bibliográfica que se pautou na ideia de discutir a experiência da maternagem com base nos preceitos da filósofa e cientista política Iris Young.	Demonstrou-se como as tarefas de cuidado estão amplamente relacionadas à maternidade, naturalizadas como pertencentes à esfera feminina em decorrência do próprio trabalho reprodutivo. Todas as esferas que envolvem o maternar ocultam, de algum modo, relações opressivas.
Babiuk (2015)	<b>Famílias monoparentais femininas, políticas públicas em gênero e raça e serviço social</b>	Pesquisa de natureza bibliográfica e de caráter qualitativo, abordando acerca do papel da mulher enquanto provedora da família monoparental e seu protagonismo nas diversas expressões das questões sociais.	Trazendo uma discussão étnico-racial, o apanhado bibliográfico pôde evidenciar a necessidade do olhar do assistente social para com as famílias monoparentais femininas, visando o exercício dos seus direitos e o acesso às políticas públicas.
Barbosa et al. (2023)	<b>Mães Solo: disputas e embates da monoparentalidade feminina na contemporaneidade</b>	Abordagem da história oral e autoetnográfica; pesquisa social-qualitativa bibliográfica e estudo de campo, sob a perspectiva epistemológica feminista interseccional e decolonial.	As mães-solo do recorte estudado enfrentam dificuldades para atuar na esfera pública, devido à sobrecarga a elas atribuídas no âmbito doméstico, ao processo de feminização dos cuidados, à divisão sexual do trabalho e aos marcadores sociais de gênero, raça/etnia e classe.
Benatti et al. (2021)	<b>Famílias</b>	Revisão Sistemática da	A revisão sistemática pôde

	<b>Monoparentais: Uma Revisão Sistemática da Literatura</b>	Literatura sobre a temática da monoparentalidade em produções nacionais.	elucidar que as famílias nucleares biparentais têm sido o foco da maioria dos estudos, sinalizando uma lacuna na literatura sobre a pluralidade de arranjos familiares.
Borges (2020)	<b>Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina</b>	Estudo bibliográfico sobre as implicações das mães-solo na sociedade contemporânea, realizado através do levantamento de dados estatísticos acerca do fenômeno investigado.	Nas vivências de mães-solo, evidencia-se: a discriminação em razão do estado civil, o abandono parental, a desigualdade de salários e oportunidades de inserção e ascensão no mercado trabalho, bem como a sobrecarga feminina no que concerne ao trabalho de cuidado com os filhos.
Corrêa; Serralha (2015)	<b>A depressão pós-parto e a figura materna: uma análise retrospectiva e contextual</b>	Estudo de caráter exploratório-descritivo e de abordagem qualitativa; os dados foram coletados por meio de entrevistas com 5 mulheres mães.	Os resultados expõem que a maioria das participantes demonstrou relação conflituosa com suas mães e trouxeram fortes indícios de que os modelos de mulher (lugar e papéis sociais) e de maternidade por elas vivenciados e internalizados tiveram influência no desencadeamento e agravamento da depressão que as acometeu após o parto.
Juliano; Yunes (2014)	<b>Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência</b>	Trata-se de um estudo teórico que esboça as contribuições de teóricos da Psicologia à temática da Resiliência.	A resiliência molda-se às diversas formas, recursos e limitações das pessoas, famílias, grupos, culturas e sociedades. Esta abordagem procura identificar e apontar os aspectos favoráveis que permitem emergir elementos restauradores para o desenvolvimento saudável e propício.
Lima (2020)	<b>Maternidade solo: as vivências de maternidade de mulheres-mães</b>	Pesquisa qualitativa estruturada em entrevista com perguntas disparadoras. Participaram do estudo uma amostra de 6 (seis) mulheres-mães, maiores de 18 anos.	A partir da pesquisa de campo com mães-solo, foram trazidas à tona as singularidades de suas vivências da maternidade tramadas em conteúdos intra e intersubjetivos, de modo a se captar o cuidado do(s) filho(s) como exercício ainda atrelado ao feminino.
Magalhães; Nascimento; Da Rocha (2022)	<b>Aspectos psicossociais de mães-solo em contexto de vulnerabilidade social: identidade e</b>	Pesquisa bibliográfica acerca dos aspectos psicossociais de mães-solo socialmente	Revelou-se que, para mães-solo em contexto de vulnerabilidade social, as sobrecargas e o sofrimento psíquico agravam-se e



	<b>enfrentamentos</b>	vulneráveis.	somam-se às dificuldades sociais, econômicas e de violência, além de possuírem uma menor probabilidade de contar com uma rede de apoio significativa.
Mariano et al. (2020)	<b>Famílias contemporâneas, Monoparentalidade e a experiência da Maternidade Solo</b>	Pesquisa qualitativa do tipo exploratória e descritiva, utilizando a história oral de vida. Foram entrevistadas, ao total, 10 (dez) mães-solo.	A experiência da mulher mãe-solo é marcada pela necessidade de arcar com grandes responsabilidades, o que repercute em uma sobrecarga que acaba por limitar seu desenvolvimento pessoal e profissional, gerando estresse, abandono, ansiedade e solidão.
Mattar; Diniz (2012)	<b>Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdade no exercício de direitos humanos pelas mulheres</b>	Pesquisa qualitativa realizada através de um estudo bibliográfico e reflexões teóricas acerca dos direitos reprodutivos e o exercício da maternidade.	Diferentes aspectos das mães relacionados aos marcadores sociais de raça, classe social, idade e parceria sexual, determinam o grau de aceitação social das maternidades. O exercício da reprodução e da sexualidade são, portanto, mediados por relações de poder que admiram a maternidade que está dentro de um padrão socialmente prescrito e menosprezam aquelas que fogem do parâmetro naturalizado.
Nascimento et al. (2022)	<b>Maternidade solo e interseccionalidades: práticas de cuidado no contexto da atenção básica</b>	Pesquisa qualitativa, de natureza descritiva/exploratória. Procedeu-se em duas etapas: questionário <i>on-line</i> e entrevistas semiestruturadas. A primeira etapa contou com a participação de 14 (quatorze) profissionais psicólogos da Atenção Básica. Já a segunda, contou com uma amostra de 8 (oito) profissionais.	A partir dos dados obtidos na pesquisa de campo, observou-se um contexto de ausência de cuidado às mulheres mães-solo. Não há planejamentos específicos para a atenção e cuidado às usuárias que são negras e pobres, muito embora a maternagem solo seja mais frequente neste grupo específico.
Oliveira; Pereira; Rolim (2021)	<b>A eficácia do dispositivo materno: possíveis influências da romantização da maternidade na saúde mental de mães-solo na cidade de Arcoverde - PE</b>	Estudo de campo qualitativo realizado através da perspectiva de saberes localizados, cuja coleta de dados se deu por meio do <i>Google Formulários</i> . A pesquisa contou com uma amostra total de 5 (cinco) mulheres mães-solo que residem em Arcoverde -	As questões que giram em torno do tema da romantização da maternidade são diversas, incluindo: rede de apoio, participação do parceiro, apoio social e questões socioeconômicas. Pôde-se observar como a saúde mental das participantes foi afetada após a maternidade,

		PE, com idades compreendidas entre 25 e 40 anos.	com relatos de desenvolvimento de cobranças internas, ansiedade, síndrome do pânico, exaustão mental e frustração.
Santos (2022)	<b>A experiência da maternidade solo para mulheres usuárias do Centro de Referência em Assistência Social</b>	Pesquisa de cunho qualitativo, desenvolvida junto ao CRAS Ponta Negra. Foram utilizadas entrevistas narrativas semiestruturadas com uma amostra de 4 (quatro) mulheres mães-solo usuárias do referido centro.	Identificou-se que as mulheres-mães entrevistadas assumem de forma solitária os cuidados com os filhos, somando esforços para conseguir dar conta de conciliar as atividades de maternagem com as atividades domésticas e o trabalho, majoritariamente informais e mal remunerados. Atenta-se também para uma dependência dos benefícios do governo para conseguir garantir o mínimo para o sustento do lar. Confirmou-se, ainda, o peso desigual da maternidade e da paternidade.
Santos (2022)	<b>Sofrimento psíquico enfrentados por mães solo que não tem rede de apoio</b>	Revisão bibliográfica qualitativa e exploratória acerca do sofrimento psíquico enfrentado por mães-solo que não contam com uma rede de apoio significativa.	A partir da revisão bibliográfica feita, ratificou-se que os serviços de saúde ainda não estão operando satisfatoriamente de forma a olhar e cuidar psicossocialmente desse grupo social. Percebeu-se que as mães-solo sofrem vulnerabilidade social, econômica, como também já passaram por situações de violência doméstica, conjugal, exclusão, e abandono dos pais e da família. Notou-se que o apoio social, a participação dos familiares e da sociedade contribui para um contexto favorável à melhoria da autoestima e qualidade de vida deste grupo.
Santos (2020)	<b>Repercussões da maternidade solitária na insegurança alimentar domiciliar, na saúde mental e na qualidade de vida entre mulheres em situação de pobreza</b>	Estudo de caráter transversal com mulheres gestantes e mães de crianças com até 180 dias de vida, usuárias de Unidades Básicas de Saúde (UBS) em áreas de vulnerabilidade econômica no Distrito Federal.	Os dados quantitativos obtidos na pesquisa alegam que mulheres em situação de pobreza que vivenciam a maternidade solo tem maiores chances de sofrer de problemas mentais (como o quadro de ansiedade), assim como terem uma pior percepção da qualidade de suas vidas nos domínios psicológico, meio ambiente e das relações sociais,

			principalmente quando comparadas àquelas em situação de pobreza similar, porém, com um companheiro.
Santos (2022)	<b>Filha/o da mãe: o sofrimento ético-político de mães na perspectiva interseccional</b>	Pesquisa de campo com abordagem qualitativa e de caráter descritivo. O estudo contou com uma mostra de 5 mulheres mães-solo em situação de vulnerabilidade social do Clube de Mães Caiene Mateus, localizado na cidade de São Luís - MA. Dividiu-se em duas fases: questionário sócio-demográfico com entrevistas individuais e a Oficina de Conexão Criativa.	A pesquisa de campo interseccional identificou, em mulheres mães-solo, sofrimento psíquico por conta da sobrecarga, da responsabilidade exclusiva no amparo da família, da falta de uma maior e completa rede de apoio, e de políticas assistenciais específicas para este tipo de maternagem, propiciando, assim, um sofrimento ético-político. Os presentes marcadores sociais de gênero, raça, classe, idade e territorialidade fazem com que estas mães-solo ocupem um lugar ainda mais longe de ações afirmativas que possam às assegurar socialmente.
Silva; Cassiano; Cordeiro (2019)	<b>Mãe solo, feminismo e Instagram: análise descritiva utilizando mineração de dados</b>	Análise exploratória sobre conjuntos de informações extraídas da rede social Instagram, realizada por meio do método de mineração de dados, a fim de trazer à tona a relação entre as <i>hashtags</i> “mãe solo” e “feminismo”.	Os resultados apresentados demonstraram pouca relação entre as <i>hashtags</i> “mãe solo” e “feminismo”. Entretanto, foram capazes de retratar relações interessantes do ponto de vista do movimento social que as mães que criam seus filhos de forma solitária estabelecem na atual sociedade.
Soares; Pereira (2022)	<b>Possibilidades de criação monoparental feminina em contexto de vulnerabilidade social</b>	Pesquisa de campo do tipo qualitativa; foram entrevistadas 3 mulheres que vivem em contexto de vulnerabilidade social e monoparentalidade.	Pôde-se conhecer o contexto em que se desenvolve o sofrimento dessas mulheres mães-solo socialmente vulneráveis. Através dos dados da entrevista, logrou-se que as mulheres entrevistadas convivem diariamente com a violência, busca de emprego, alimento, lazer e desrespeito. O Estado, por sua vez, não cumpre o papel de apoio social e ajuda de custo para a totalidade de mães pertencentes à este grupo social.
Torres et al. (2020)	<b>Resiliência e famílias: reflexão teórica sobre laços afetivos e familiares</b>	Estudo teórico de abordagem qualitativa que enfoca a relação entre o processo de	Os autores trazem a compreensão da resiliência enquanto constructo de grupo social e não apenas

		resiliência e a dinâmica familiar.	individual. Cuidados de saúde que contemplem a resiliência familiar envolvem, necessariamente, mudanças na forma de perceber o âmbito familiar como um universo fecundo, onde as relações humanas podem e devem ser trabalhadas.
Xavier; Zanello (2018)	<b>Ouvindo o inaudito: mal-estar da maternidade em mães ofensoras atendidas em um CREAS</b>	Pesquisa de campo de caráter qualitativo. Foram feitas entrevistas abertas com 3 (três) mães acompanhadas pelo Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e usuárias do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), localizado em uma região administrativa do Distrito Federal.	Através dos dados coletados nas entrevistas, percebeu-se que as mulheres se encontram sobrecarregadas devido à ausência da participação do Estado, da família extensa e dos pais, que não são responsabilizados quando abandonam ou quando não exercem de forma devida seu papel parental, o que contribui diretamente para uma dinâmica familiar violenta contra a criança. Atenta-se, ademais, para o processo de psiquiatrização e judicialização contra essas mulheres.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em um primeiro momento, adentrar-nos à uma discussão introdutória concernente ao esboço sócio histórico das concepções da maternagem configura-se como extremamente cabível e justificável, de modo a compreender mais robustamente de que forma as relações opressivas pautadas em uma problemática de gênero exercem influências às configurações familiares atuais, sobretudo às famílias monoparentais femininas:

#### 3.1 A consolidação do materno no imaginário social: Um resgate sócio histórico

As perspectivas a respeito da maternidade são moldadas e (re)produzidas por discursos sociais, econômicos, políticos, culturais e científicos de cada época histórica. Nesse sentido, a mesma configura-se como um fruto das condições e circunstâncias de um dado momento histórico (Badinter, 1985). Todavia, apesar de existirem uma variedade de discursos prescritos em torno da maternidade ao longo dos anos, torna-se perceptível a desconsideração das vivências singulares e subjetivas de cada mulher no que corresponde à representação da maternidade e o desejo de tornar-se (ou não) mãe (Resende, 2017).

É imprescindível para o debate acerca da maternidade compreender como sua construção sócio histórica foi desenvolvida, de modo a entender a influência exercida sobre os desejos e vivências das mulheres no contexto atual. Sendo assim, conforme aponta Vásquez (2014):

A maternidade foi bem normatizada historicamente, primeiro pela moral religiosa e depois pelo cientificismo clínico. Desta forma a experiência da maternidade pode ser analisada como um conjunto diversificado de práticas e representações que moldam a qualidade de ser mãe e mulher (Vásquez, 2014, p. 174).

Como forma de determinar a gênese das concepções sociais da maternidade, estudos bibliográficos fazem uma forte alusão à Virgem Maria, figura religiosa que representa um estereótipo de maternidade ideal e de feminilidade na cultura ocidental. Instigadas por este ideal, as estruturas sociais passaram a adotar o amor materno não só como um comportamento padrão a ser valorizado, mas também como um mecanismo de regulação feminina, suscitando o sentimento de culpa e a maternidade compulsória (Vásquez, 2014; Badinter, 1985).

Sobre a influência da doutrina cristã no entendimento acerca da maternidade e da feminilidade, a literatura enfatiza que:

O cristianismo colocou a mulher como sinônimo de mãe, excluindo-se a dimensão erótica da vida das mulheres. A mãe casta e virgem, símbolo de Maria, determinou para as mulheres uma vida sexual sem prazer. Assim, o modelo normativo coloca o útero como o centro do corpo feminino e a maternidade assume o lugar de essência, anulando outros desejos e projetos e escondendo as diversas formas de se vivenciar a maternidade e a feminilidade (Soares, 2010 apud Damaceno; Marciano; Di Menezes, 2021, p. 205).

Historicamente, o ano de 1770 foi crucial para o estabelecimento da imposição de ser mãe à mulher, momento este em que a maternidade passou a consolidar-se como um ideal perante as mulheres, passando a ser entendida como a única via para o alcance da plenitude e da realização da feminilidade. Nesse viés, originou-se o “natural” e “espontâneo” mito do amor materno (Badinter, 1985; Zanello, 2016). Sob esse contexto, a maternidade e o cuidado passaram a fazer parte da identidade inerente à idealização do que é feminino.

Indo ao encontro dessa perspectiva, a psicóloga brasileira Valeska Zanello teoriza acerca do quão enraizados esses valores estão, exemplificando como funciona o que ela denomina de “dispositivo materno” (Zanello, 2016).

Sendo assim:

O dispositivo materno diz respeito, assim, a um lugar de subjetivação no qual as mulheres são constituídas como cuidadoras ‘natas’. (...) esse dispositivo se construiu historicamente, sobretudo a partir do século XVIII, momento esse no qual a capacidade de maternagem foi compreendida como desdobramento da capacidade de procriação (Zanello, 2016, p. 113-114).

Concernente a isso, Badinter (1985) relata que, nas últimas décadas do século XVIII, o maternar passou a ser percebido como um sofrimento voluntário para a mulher. Mediante a pressão ideológica e o medo do julgamento moral, a mulher passou a enxergar a maternidade como uma obrigação, independentemente de suas vontades. Com isso, as mulheres que não desejavam ser mães eram condicionadas a vivenciar uma maternidade regada à culpa, frustração e abdicação de anseios e aspirações individuais (Resende, 2017).

Convergindo às reflexões trazidas por Zanello (2016) e Badinter (1985), a psicóloga Carol Gilligan traz contribuições no que tangencia a imposição do papel de cuidado ao feminino, ao refletir sobre a “ética da justiça” e a “ética do cuidado”. A denominada “ética da justiça” enfoca os direitos individuais, noções de justiça e normas universais, socialmente delegados à figura masculina. A “ética do cuidado”, por sua vez, pauta-se na empatia, na preocupação com o outro, no bem comum, e na priorização da manutenção dos relacionamentos de cuidado, socialmente delegados à figura feminina. Sob essa lógica, tem-se a ideia de que: “dentro de uma estrutura patriarcal, o cuidado é uma ética feminina” (Gilligan, 2011, p. 22, citado por Silva et al., 2020).

Em sua obra *“Um amor conquistado: Um mito do amor materno”*, a filósofa francesa Elisabeth Badinter contrapõe-se à natureza instintiva e universal do amor materno, ao afirmar que o instinto maternal não é algo natural e inato à mulher, mais sim um mito socialmente construído e difundido a partir dos meios de comunicação, círculos de poder e especialistas, especialmente os da área médica e religiosa. Nessa perspectiva, a autora ressalta que os valores sociais ocupam um lugar de influência sobre os desejos e as decisões dos indivíduos (Badinter, 1985).

Assim, conforme reforçam Damaceno, Marciano e Di Menezes (2021): “as normas sociais impostas exercem uma carga incalculável sobre os desejos da sociedade e fazem operar uma série de mecanismos psicológicos que vão desde a culpa ao medo para que esses ideais maternos sejam incorporados pelas mulheres” (p. 201).

De acordo com o estudo bibliográfico desenvolvido por Vásquez (2014), mulheres que se recusaram a levar adiante uma gestação foram moralmente condenadas, sendo afastadas de sua rede de amizades e relacionamentos de forma temporária. Além disso, foram constantemente violadas por terem seus corpos e suas vidas especuladas. Fica latente, nesse sentido, que a recusa feminina à maternidade desencadeou, e ainda desencadeia, certo espanto e julgamento. Para o imaginário social, é dever de uma “mulher normal” desejar ser mãe e despendar amor genuíno e incondicional à vida do feto e, posteriormente, à criança nascida.

Em cada época histórica, destaca-se o fato de que mulheres foram persuadidas a seguirem as normas sociais construídas que privilegiavam e enalteciam o homem, potencializando, assim, uma lógica patriarcal. Os cuidados despendidos ao filho e ao lar atrelaram-se ao feminino, o que possibilitou que a mulher ocupasse uma posição de “pseudo” prestígio na conjuntura social. A mulher passou, então, a se alternar entre os papéis de esposa e de mãe, passando a resumir sua existência mediante essa dicotomia característica da “mulher-mãe” (Badinter, 1985).

À vista disso, infere-se que o gênero, enquanto uma concepção social do sexo biológico, elaborou para homens e mulheres funções sociais díspares. Sendo assim, a maternidade foi historicamente construída como um destino biológico intrínseco à mulher, atribuindo ao feminino um amor maternal concedido de forma voluntária para o cuidado dos filhos e do seio familiar (Silva et al., 2020).

### **- Maternidade e Feminismo: Uma tentativa de quebra de paradigmas**

Ao longo dos anos, a sexualidade feminina foi enveredando-se estritamente ao campo reprodutivo, sendo padronizada por meio dos chamados dispositivos heteronormativos. Neste decurso, os corpos femininos passaram a ser disciplinados através de mecanismos de controle que acabaram impondo barreiras à exploração da sexualidade feminina. Sob essa ótica, a castidade e o tabu da virgindade, a proibição de práticas masturbatórias, juntamente à medicalização dos sintomas da insatisfação com a opressão de gênero, proporcionaram, conjuntamente, a supressão da dimensão erótica e do prazer feminino (Soares, 2010).

Através de um estudo teórico e bibliográfico acerca das representações sociais da maternidade, Damaceno, Marciano e Di Menezes (2021) expõem que o advento da sociedade industrial trouxe consigo modificações na definição de maternidade, transitando de um modelo tradicional para um modelo moderno. Logo, o ingresso da mulher no mercado de trabalho, o avanço dos métodos contraceptivos e conceptivos, o advento do divórcio, e a possibilidade de estabelecer novas relações amorosas, foram sendo paulatinamente introduzidos no âmbito social, denotando uma maior autonomia e inserção social feminina.

Amplificando ainda mais os horizontes de debate sobre a maternidade e contribuindo para a transformação da família nuclear, a segunda onda do feminismo, ambientada no Pós 2ª Guerra, foi uma das responsáveis por confrontar vigorosamente o determinismo biológico e a natureza instintiva e divina que atrelava a mulher à condição de mãe, socialmente naturalizada. Segundo Simone de Beauvoir, marco fundamental deste movimento e grande questionadora da função da maternidade, “não se nasce mulher, torna-se mulher” (Beavouir, 1949 citado por Vásquez, 2014).

Nessa conjuntura, o conservadorismo, defensor da família, da moral e dos bons costumes, passou a defrontar-se com um movimento feminista centrado na mulher e em suas inquietações, cujas pautas promoveram diálogos diretos com a perspectiva da opressão de gênero (Vásquez, 2014).

Tais mudanças contribuíram para um declínio do modelo familiar tradicionalista, trazendo repercussões para a vida pública e privada. Nesse contexto de reinvenções, a mulher

passou a ocupar novos papéis e assumir novos desafios, tendo que conciliar a vida profissional com suas antigas contribuições da vida privada, atribuindo-a uma dupla jornada de trabalho. Dessa forma, a maternidade afastou-se do ideal de ser um destino para tornar-se uma questão de escolha e predileção, reafirmando-se como um projeto de vida amparado na liberdade que a ciência moderna foi capaz de fornecer à população feminina (Teixeira et al., 2009; Damaceno; Marciano; Di Menezes, 2021).

### **- A prevalência das desigualdades de gênero: Os resquícios do patriarcado**

Apesar de estarmos diante de significativos avanços nas concepções de maternagem e no campo dos direitos femininos, ainda faz-se perceptível, na contemporaneidade, os resquícios estigmatizados de uma sociedade historicamente construída sob a ótica do patriarcalismo e da desigualdade de gênero.

Integralmente, as diversas facetas que envolvem a maternidade camuflam relações pautadas na opressão. A educação sexual, quando fornecida às mulheres e aos homens, apoia-se em fundamentos machistas e patriarcais. Desde cedo, a criança identificada como menina é fadada ao inquestionável destino de procriação. Em mulheres que optam não se tornarem mães, presencia-se, veementemente, o enfrentamento de estigmas sociais e obstáculos, haja vista que o acesso aos métodos contraceptivos ainda não é amplamente disponível para todas as mulheres e o direito ao aborto não configura-se positivado em muitos países. Não há, portanto, liberdade sobre os seus corpos (Antoniazzi, 2021, p. 102).

Paralelo a isso, Mattar e Diniz (2012) trazem à tona a existência de uma hierarquia reprodutiva primada por relações de poder, sobre sexualidade e reprodução, marcadas por desigualdades sociais, de raça, e de gênero, que acabam por orquestrar o ideal de maternidade socialmente aceita e, ao mesmo tempo, incitar julgamentos às vivências de mulheres que não se enquadram aos moldes comportamentais pré-estabelecidos. A expressão da sexualidade e da reprodução, podem, portanto, indicar empoderamento e realização, ou, impotência e humilhação.

Dialogando diretamente com esta assertiva, Antoniazzi (2021) elenca:

Compreendemos as estruturas sociais divididas em três eixos básicos: divisão sexual do trabalho, tendo por base a separação da esfera público e privada, normas da sexualidade que privilegiam as relações heterossexuais, e hierarquias de poder baseadas no gênero, ou seja, privilégio dos valores ligados ao masculino. As estruturas posicionam indivíduos em relações de trabalho e produção, poder e subordinação, desejo e sexualidade, prestígio e status. Desse modo, a análise de um relato estrutural oferece uma maneira de entender a desigualdade de oportunidades, opressão e dominação (Antoniazzi, 2021, p. 97).

Logo, mulheres não brancas, da classe baixa, tanto mais novas quanto acima de 35 anos, em relacionamento homoafetivo, ou sem parceiro, experienciam a maternidade com pouca aceitação social e em condições precárias. Desse modo, podemos inferir que “há um modelo ideal de exercício da maternidade e/ou da reprodução e cuidado com os filhos. Ele é pautado por um imaginário social sexista, generificado, classista e homofóbico; portanto, trata-se de um modelo excludente e discriminatório” (Mattar; Diniz, 2012, p. 114).

### **- A Pandemia**

No início de 2020, o mundo passou a vivenciar um contexto preocupante de crise sanitária e social: a pandemia de COVID-19. Com a adesão às medidas restritivas e o estabelecimento da quarentena no Brasil, serviços, estabelecimentos e instituições foram temporariamente fechados, com o objetivo de manter a população longe da proliferação do vírus. A pandemia, nesse sentido, não só estabeleceu-se como uma problemática de saúde pública, mas também foi capaz de desvelar e salientar as assimetrias sociais, dentre elas, as questões de gênero, raça e classe (Silva et al., 2020; Zanello et al., 2022).

Com o fechamento das creches e escolas, o trabalho exaustivo desempenhado por mulheres dentro de seus lares acabou culminando numa maior privação de tempo de descanso, acarretando em um acúmulo de demandas e atividades, impossibilitando-as, inclusive, de conseguir manter o trabalho em *home-office*. As consequências geradas pelo cenário pandêmico para esse público foram diversas, dentre elas: a exacerbação da feminização da miséria; a sobrecarga de trabalhos, tarefas domésticas e de cuidado; redução do tempo despendido ao trabalho remunerado e à carreira; o esgotamento físico e psíquico, somado à vulnerabilização psicológica (Silva et al., 2020; Zanello et al., 2022).

Destaca-se, portanto, que a pandemia trouxe à luz, a depender, sobretudo, da questão étnico-racial e da classe social, o reforço do exercício do cuidado sócio historicamente intrínseco à mulher, provocando repercussões alarmantes em seu bem-estar geral, qualidade de vida e, sobretudo, em sua saúde mental.

A seguir, será vislumbrada a análise das duas categorias principais que foram estruturadas a partir dos achados bibliográficos acerca do fenômeno que o presente estudo se propôs a investigar. São elas: 1) Os atravessamentos psicossociais da maternidade solo contemporânea; e, 2) Novas possibilidades e estratégias de enfrentamento:

### ***3.1.1 Ser mãe-solo no século XXI: Compreendendo as vicissitudes experienciadas sob uma ótica psicossocial***

No século XXI, as concepções sócio históricas de maternidade como instinto natural e de natureza biologicista continuam a elaborar pressões sociais, emocionais e psicológicas nas diversas configurações familiares existentes. Porém, tais consequências refletem-se de forma mais efervescente e complexa no contexto monoparental feminino, ou seja, em mães que vivenciam a maternidade solo.

Partindo dessa premissa, esta **Categoria 1** busca esmiuçar os aspectos psicossociais atrelados às vivências das mães-solo brasileiras contemporâneas. Para tanto, subdividiu-se a discussão a partir de dois assuntos cernes: 1) Os Atravessamentos Psicológicos; e, 2) Os Atravessamentos Sociais.

#### **Atravessamentos Psicológicos**

Neste tópico, evidencia-se a presença de 4 subcategorias construídas a partir dos conteúdos presentes no apanhado bibliográfico selecionado: 1) Sofrimento Psíquico; 2) Autoestima; 3) Suporte Psicológico e Redes Sociais de Apoio; e, 4) Medicalização do Sofrimento.

##### **1) Sofrimento Psíquico**

A literatura postula que:

A experiência de mãe-solo também atravessa uma transição para a família monoparental, família esta diferente da nuclear imposta pela sociedade, logo essa alternância para um grupo familiar fora do modelo implementado poderá incutir pensamentos estressantes na genitora (Magalhães; Nascimento; Da Rocha, 2022, n.p).

Com base nessa ideia, a bibliografia assegura que a maternagem não suscita unicamente sentimentos positivos em mulheres. Mais do que isso, destaca-se a presença de ambivalências e relações conflituosas que fomentam sentimentos de frustração e sobrecarga pelas múltiplas demandas. Dependendo da forma que é vivenciada, a maternidade pode, então, ser uma fonte de adoecimento (Xavier; Zanello, 2018, Lima, 2020).

No âmbito científico, a literatura ressalta que poucos estudos debruçaram-se a investigar de forma mais minuciosa os fatores psicossociais e suas implicações no contexto



da maternagem solo (Oliveira; Pereira; Rolim, 2021; Magalhães; Nascimento; Da Rocha, 2022; Santos, 2022).

Todavia, autores brasileiros informam que um estudo internacional foi capaz de expor evidências de que essa modalidade de maternidade é “um fator de risco comum para a depressão, ansiedade e estresse” (Liang, Berger & Brand, 2019 apud Oliveira; Pereira; Rolim, 2021, p. 7). Os próprios autores nacionais comprovam esta informação, ao passo que a interpretação dos discursos subjetivos das mães-solo trouxe em pauta: cobranças internas, exaustão mental, quadros ansiogênicos e síndrome do pânico ocasional (p. 7).

A partir dos achados brasileiros, torna-se evidente que o não cumprimento das expectativas sociais e normativas de gênero pré-estabelecidas acerca dos papéis de mãe, acabam gerando, em mães-solo, sentimentos de fracasso, frustração, dúvida e culpa (Magalhães; Nascimento; Da Rocha, 2022), cujas trajetórias são atravessadas por repercussões no campo afetivo e emocional, dentre elas: culpabilização, sobrecarga, cansaço/exaustão, solidão, tristeza, impaciência e irritabilidade (Xavier; Zanello, 2018; Santos, 2022).

Sobre essa assertiva, Oliveira, Pereira e Rolim (2021) chamam a atenção para uma desvalorização e minimização destes sentimentos desagradáveis, o que reflete diretamente no fato dessas mulheres se enxergarem na obrigação de serem fortes, guerreiras e impecáveis na criação de seus filhos, ocupando uma posição de ignorar e invisibilizar toda e qualquer experiência negativa e aspectos desfavoráveis que engendram o maternar.

Nesse contexto, de acordo com Xavier e Zanello (2018), o ato de “expressar o mal-estar de serem mães” (p. 16) é socialmente violado, ao passo que elucida uma face velada da maternidade que vai contra o ideal enraizado do que é tido como boa performance materna.

A pesquisa de campo feita por Santos (2022) foi capaz de demonstrar este cenário. Diante dos discursos elaborados pelas participantes, a autora reflete que “(...) o papel materno também pode acarretar em culpabilização materna quando a mulher não consegue cumprir com as tarefas de cuidado exigidas” (p. 46). Nesse sentido, impõe-se que a constante cobrança social mostra-se capaz de desencadear, por consequência, uma autocobrança em atingir as expectativas existentes em torno do exercício da maternidade perfeita.

Tais representações que estas mães possuem de si mesmas reforçam o que a autora irá denominar de “mito da mãe guerreira” (Santos, 2022), figura monoparental tida como autossuficiente e capaz de dar conta de todas as demandas (Oliveira; Pereira; Rolim, 2021; Santos, 2022).

Devido à sobrecarga e às pressões sociais internalizadas, não é incomum depararmos com mães-solo angustiadas por não se considerarem boas mães (Magalhães; Nascimento; Da Rocha, 2022; Xavier; Zanello, 2018; Santos, 2022). Sendo assim, muitas delas acreditam que devem realmente ser as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos e do lar. Essas crenças construídas e reproduzidas, configuram-se, portanto, como geradoras e, sobretudo, mantenedoras do sofrimento psíquico, ocasionado, por sua vez, pelas relações de poder que ditam os caminhos do masculino e do feminino.

Possibilitando conhecer a situação de vulnerabilidade emocional, social e econômica de mulheres mães de crianças e de gestantes usuárias de Unidades Básicas de Saúde (UBS), cuja variável independente utilizada foram mães-solos, Santos (2020) traz resultados que condizem ao cenário de que este grupo social de mães compõe o público de maiores chances de apresentarem ansiedade e uma menor percepção de qualidade de vida nas mais diversas esferas da vida.

Tal perspectiva reafirma-se através dos dados quantitativos obtidos e analisados pela autora. O método adotado de regressão logística ajustada pôde evidenciar que o público feminino que vivencia a maternidade solo, possui uma chance 1,68 vezes maior de apresentarem ansiedade-traço e uma chance 1,56 maior de apresentarem ansiedade-estado, constatando, além disso, uma pior percepção de qualidade de vida nos domínios: psicológico, relações sociais e meio ambiente (Santos, 2020).

Adentrando mais a fundo no campo da saúde mental, denota-se que os desafios experienciados durante a maternidade solo exercem forte influência para o aparecimento de sintomas ansiosos, depressivos, síndrome do pânico, exaustão mental, frustração e baixa autoestima (Xavier; Zanello, 2018; Magalhães; Nascimento; Da Rocha, 2022; Oliveira; Pereira; Rolim, 2021; Santos, 2022).

Conforme apontam os estudos presentes no artigo de Corrêa e Serralha (2015), dentre os múltiplos fatores que favorecem o desenvolvimento da Depressão Pós-Parto (DPP), estão: a falta de apoio ou ausência do parceiro, a sobrecarga, e a falta de suporte socioemocional (p. 115), características estas que aludem aos atravessamentos diários vivenciados por uma parte significativa de mães-solo. Esta perspectiva trazida pelos autores dialoga com a pesquisa de Santos (2022), onde, dentre as cinco mães-solo participantes, uma experienciou o fenômeno da DPP, além das diversas transformações que perpassam o período de puerpério.

## **2) Autoestima**

Em genitoras solo, estudos trazem à tona prejuízos intimamente ligados à autoestima e um de seus pilares: a autoimagem. Esta repercussão é expressada, principalmente, por meio de inseguranças com relação à aparência estética, cujas mulheres sentem-se incapazes de se relacionarem novamente com alguém devido à forma “pouco” ou “nada” atraente pela qual se enxergam exteriormente (Xavier; Zanello, 2018; Santos, 2022).

Sob a ótica deste público, o fato de ter filho(s) configura-se como um “empecilho” para engatarem em um novo relacionamento amoroso. Nesse sentido, os preconceitos despendidos às genitoras solo permanecem incrustados no imaginário social, haja vista que não é infrequente deparar-se com situações em que a figura masculina utiliza desse pretexto, direta ou indiretamente, para não iniciar ou dar continuidade à um relacionamento sério com esse grupo de mulheres (Xavier; Zanello, 2018; Santos, 2022).

Somado a isso, traz-se à tona a conservação do pensamento de que a mulher precisa abdicar de anseios e desejos para se dedicar única e exclusivamente à maternagem e seus atravessamentos, onde a adoção de práticas de autocuidado e atividades recreativas sem a presença dos filhos são encaradas como negligência e desleixo (Santos, 2022; Barbosa et al., 2023). As práticas patriarcais e sexistas são, por conseguinte, retroalimentadas.

Tais experiências pessoais reverberam, consideravelmente, em consequências relativas ao valor que essas mulheres conferem a si mesmas, impactando negativamente seus sistemas de crenças, comportamentos e emoções.

## **3) Suporte Psicológico e Redes Sociais de Apoio**

Os efeitos da invisibilização e marginalização de mães-solo ressoam de forma gritante no âmbito psicossocial e em diferentes esferas da vida deste grupo. Na vertente da Psicologia, estudos demonstram que a saúde mental de genitoras solo ainda configura-se como timidamente problematizada e pouco debatida, cujas ações e políticas afirmativas direcionadas à este modelo familiar monoparental são praticamente inexistentes (Borges, 2020; Magalhães; Nascimento; Da Rocha, 2022; Santos, 2022).

Buscando compreender a percepção de psicólogas(os) acerca de suas práticas, junto a mulheres mães-solo da Atenção Básica, com atenção às questões de gênero, raça e interseccionalidades, a pesquisa de Nascimento et al. (2022) alerta para um contexto de ausências de práticas de cuidado e acolhimento direcionadas às mulheres mães-solo.

Ainda com relação ao suporte psicológico e psiquiátrico (não)empregado, Santos (2020) contribui com a discussão ao trazer à luz os estudos que convergem ao panorama de que, por mais que haja uma alta procura de mães-solo por serviços públicos de saúde, as repercussões físicas e psicológicas ainda permanecem presentes em suas realidades, tendo que enfrentar diariamente “situações de rejeição familiar, pouco ou nenhum suporte social e

familiar, isolamento, depressão, insônia, culpa, falta de vontade de viver enquanto ela ainda enfrenta as pressões e desigualdades sociais” (Santos, 2020, p. 20).

A exposição dessas adversidades abre espaço para mencionar um dos fatores mais preponderantes ao aparecimento desse conjunto de sinais e sintomas em genitoras solo: a falta de redes sociais de apoio e de acolhimento social (Oliveira; Pereira; Rolim, 2021). A falta de suporte socioemocional e afetiva não fornece condições favoráveis para o exercício saudável da maternidade solo, acarretando em sobrecargas de natureza diversa (física, emocional e financeira) e em percepções negativas acerca da qualidade de vida (Santos, 2020; Santos, 2022).

No tocante aos profissionais que compõem as redes de proteção, Xavier e Zanello (2017) revelam que estes “(...) muitas vezes reiteram uma compreensão cristalizada sobre como deve agir uma mãe, doutrinam uma forma normativa sobre como essas mulheres precisam agir, além de perpetuarem preconceitos de gênero contra as mães atendidas” (apud Xavier; Zanello, 2018, p. 15). Verifica-se, nesse sentido, a falta de preparo dos profissionais de saúde para a adesão de uma abordagem personalizada durante os atendimentos a este público (Santos, 2020).

#### **4) Medicalização do sofrimento**

A utilização de medicações psiquiátricas em prol da atenuação do sofrimento psíquico de mães-solo corresponde a uma das facetas elucidadas e discutidas no âmbito de literaturas científicas. A maneira pela qual a maternidade vem sendo exercida é percebida como adoecimento psíquico dessas mulheres, acarretando em encaminhamentos para acompanhamento psiquiátrico e em uma consequente medicalização (Xavier; Zanello, 2018; Santos, 2022). À despeito disso, as autoras expõem a prescrição do uso de ansiolíticos e antidepressivos devido à presença de sintomatologias frequentes, tais como: sofrimento exacerbado, irritabilidade, sudorese, palpitação e tremores.

Sob esse contexto, assegura-se a seguinte reflexão:

(...) o uso de medicação psicotrópica atua, muitas vezes, silenciando um sofrimento decorrente de uma violência de gênero ao reafirmar o papel social da mulher. Explica-se: o medicamento, ao fornecer sensações de tranquilidade e bem estar, mascara assimetrias sociais e assegura que se continue cumprindo com o que é socialmente prescrito, ser boa esposa e mãe (Zanello, 2010 apud Xavier; Zanello, 2018, p. 14).

Mediante a utilização desse tipo de intervenção que, por vezes, escamoteia as grandes questões sociais, afetivas, políticas e culturais que afligem a vida dos sujeitos, não é errôneo asseverar que, na realidade imputada às genitoras solo, sobretudo às socialmente vulneráveis, percebe-se “(...) uma medicalização do cansaço e da sobrecarga, efeitos de uma parentalidade concentrada em apenas uma pessoa: a mãe” (Xavier; Zanello, 2018, p. 14).

### **Atravessamentos Sociais**

Este tópico, por sua vez, permite elaborar uma discussão pautada em 3 subcategorias: 1) A estigmatização; 2) O contexto de Vulnerabilidade e o Sentimento de Abandono; e, 3) Mercado de Trabalho e Benefícios Assistenciais.

#### **1) A estigmatização**

Quando trazemos em perspectiva a questão da monoparentalidade feminina, as condutas dessas mães tendem a sofrer, de forma mais latente, os reflexos críticos do imaginário social machista e misógino, difundido pelo patriarcado capitalista. Isto porque as mães-solo são mulheres que chefiam suas famílias, não se enquadrando, portanto, nos

padrões socialmente construídos de esposa e mãe de família, ao passo que tais padrões demandam tutela, subalternização e submissão ao marido, restringindo, assim, seu campo de atuação à esfera doméstica. Podemos afirmar, nesse sentido, que os obstáculos motivados pelas estruturas de poder opressoras impedem ou adiam processos de emancipação, alocando famílias monoparentais femininas em lugares de vulnerabilidade financeira, afetiva e social (Antoniazzi, 2021; Barbosa et al., 2023).

Na historicidade, a terminologia “mãe solteira” destinou-se para designar as mães que possuíam filhos e que não pertenciam à uma relação de conjugalidade com a figura paterna, visto que, para a sociedade, o casamento era, e ainda é observado como uma etapa imprescindível e significativa para a vida das mulheres. Contudo, notou-se que o termo se torna pejorativo por limitar e associar a vida de uma mãe ao seu estado civil. Dessa forma, o termo mãe-solo vem ganhando destaque e notoriedade enquanto expressão não estigmatizada e adequada para referir-se a esse grupo de mães (Silva; Cassiano; Cordeiro, 2019; Borges, 2020; Oliveira; Pereira; Rolim, 2021).

Neste mesmo sentido, a manutenção da expressão “pãe” atesta a romantização da maternidade solo, ao passo que explicita uma fusão entre pai e mãe que evidencia duas problemáticas: de um lado, a figura paterna ausente, e, de outro, a sobrecarga feminina (Borges, 2020).

Desse modo, constata-se que, no mundo contemporâneo, os fragmentos da lógica patriarcal persistem direta e indiretamente no âmbito social. O pensamento de que o “problema” da maternidade solo pode ser solucionado mediante a obtenção de um marido e as críticas veladas direcionadas às unidades parentais fora da lógica binária, homem e mulher (Antoniazzi, 2021), reafirmam a presença deste sistema, e, conseqüentemente, remetem às raízes sócio históricas da maternagem.

## **2) O Contexto de Vulnerabilidade e o Sentimento de Abandono**

Os aportes bibliográficos utilizados nesta categoria de análise mostram-se consensuais e incisivos ao destacarem que os impactos negativos incutidos ao ser mãe-solo, se acentuam e ganham maiores contornos em genitoras solo inseridas em contexto de vulnerabilidade social, consideradas as mais suscetíveis ao risco, ou seja, à experienciarem maiores desafios e obstáculos (Xavier; Zanello, 2018; Santos, 2020; Borges, 2020; Magalhães; Nascimento; Da Rocha, 2022; Antoniazzi, 2021; Oliveira; Pereira; Rolim, 2021; Nascimento et al., 2022; Santos, 2022; Santos, 2022; Santos, 2022; Barbosa et al., 2023).

Indo ao encontro das supracitadas hierarquias reprodutivas discutidas por Mattar e Diniz (2012), a autora Santos (2022) traz à luz a compreensão de que as implicações que atravessam a maternidade solo para mulheres brancas e negras não são similares, bem como para as mulheres pobres e às de maior poder aquisitivo. O público-alvo de mães-solo brancas pertencentes a camadas sociais mais altas, apresenta, indubitavelmente, maiores condições e oportunidades de ascensão educacional, profissional e financeira.

Desse modo, a adesão de uma perspectiva interseccional é essencial para compreender essas diferentes nuances existentes na experiência de ser mãe-solo, haja vista que os marcadores gênero, raça, classe e território trazem condições e contextos distintos para a vivência da maternidade (Nascimento et al., 2022; Santos, 2022; Santos, 2022; Barbosa et al., 2023).

Sobre o grupo específico de mulheres negras, Antoniazzi (2020) atenta-se para o fato de que, por mais que as mesmas afirmem sua reprodução como uma maneira de subverter a opressão étnico-racial, verifica-se que estas costumam estar mais propensas às dominações e violências atreladas ao materno, visto que, quanto mais excluídas e marginalizadas, mais estão sujeitas a relações opressivas.

Ao elaborar um estudo bibliográfico sobre os aspectos psicossociais do fenômeno da monoparentalidade em mulheres mães socialmente vulneráveis, Magalhães, Nascimento e Da Rocha (2022) revelam o enfrentamento de dificuldades sociais, emocionais e

psicológicas, explicitando o desemprego, a insegurança alimentar e nutricional, a falta de moradia, e a presença de habitação inadequada. Essa situação é agravada, devido, principalmente, à problemática do contexto atrelado à uma incapacidade financeira e baixo orçamento, mediante, principalmente, o alto custeio das despesas e às grandes demandas, que dizem respeito não apenas à mãe, mas também ao(s) filho(s) (Santos, 2020; Santos, 2022).

Muito embora a maternidade solo seja uma experiência corriqueira na vida das mulheres negras e de baixa renda, não há planejamentos e intervenções específicas para a atenção, cuidado e promoção de saúde à estas usuárias, tampouco são citadas, ou sequer desenvolvidas, estratégias de acolhimento e cuidado de mães-solo no âmbito das políticas públicas (Nascimento et al., 2022).

Assim, para Santos (2020), a responsabilização pelo cuidado e bem-estar dos filhos somado à vulnerabilidade social e econômica enfrentadas por estas mulheres mães, favorece a preservação do ciclo intergeracional de pobreza, aumentando consideravelmente as chances dos filhos não receberem alimentação, educação e incentivos pertinentes para seu desenvolvimento.

Nesse ínterim, Santos (2022, p. 26) reflete:

Algumas adversidades mais práticas podem ser supracitadas, como falta de creches públicas, poucas escolas públicas de tempo integral, transporte efetivo, saúde digna e tantas outras políticas que refletem e interferem na grande e complexa dificuldade central as famílias monoparentais: a desigualdade social. A desigualdade investigada é transpassada seja pela política, economia e por todo o social, o que reverbera na dialética inclusão/exclusão.

Os resultados oriundos da pesquisa desenvolvida por Xavier e Zanello (2018), cujo objetivo pauta-se em compreender os discursos subjetivos elaborados por mães ofensoras atendidas em um CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), ratificam a supracitada reflexão trazida pela autora.

A condição de hipossuficiência financeira, a extrema vulnerabilidade social, a violação de direitos fundamentais pela inexistência de aparatos públicos para as mães e seus filhos, a falta de uma rede de apoio significativa e a frustração diante da incapacidade de prover e atender as demandas dos filhos, são grandes geradores de sentimentos de impotência e sobrecarga em genitoras. Atrelado a isso, o estudo pôde elucidar que as vicissitudes ligadas ao maternar mostram-se entrelaçadas à “(...) ausência da participação do Estado, dos homens e da família extensa” (Xavier; Zanello, 2018, p. 16). O sentimento advindo da omissão desses três pilares é, portanto, de abandono.

Sobre a discussão em torno do segundo pilar, cunha-se que o descaso masculino no que concerne os cuidados com os filhos, demonstra uma face incutida no imaginário da maior parte das mães-solo, ao passo que, o mínimo de comportamentos que demonstrem uma performance paterna e de atos que espera-se de um pai, são interpretados, por este público, não como uma obrigação do genitor, mas sim como um auxílio (Xavier; Zanello, 2018; Santos, 2022).

### **3) Mercado de Trabalho e Benefícios Assistenciais**

Os achados de Santos (2022) conjecturam acerca da vulnerabilidade pela qual esse grupo de mulheres-mães estão diariamente expostas. A procura por qualquer atividade precária e informal geradora de renda e pelos benefícios governamentais, apresentam-se como tentativas de atenuar as necessidades impostas pela situação de pobreza e em função do bem estar geral de seus filhos (p. 100-101).

À vista disso, tem-se que o contexto pautado em uma nítida vulnerabilidade socioeconômica e em uma baixa remuneração salarial acaba por justificar, em si mesmo, a urgência e contribuição dos programas de transferência de renda para este público (Babiuk, 2015; Santos, 2022).

Por outro lado, verifica-se uma correlação entre as mulheres mães-solo socialmente vulneráveis e a dependência no que tangencia os benefícios fornecidos pelas políticas de assistência. Ao buscar compreender a experiência da maternidade solo para mulheres usuárias do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), a autora Santos (2022) percebe que esta sujeição é diretamente impulsionada pelas desigualdades de gênero que colocam a figura materna na posição central de assumir as responsabilidades domésticas e cuidar dos filhos sem redes de proteção social, tornando desafiante sua acessibilidade à trabalhos formais e salários bem remunerados (Santos, 2022).

Nessa égide, por mais que as medidas assistenciais existentes constituam-se como importantes estratégias de sobrevivência para estas genitoras, as mesmas não mostram-se inteiramente capazes e eficientes em suprir integralmente as variadas necessidades condizentes às suas realidades (Xavier; Zanello, 2018; Santos, 2020; Santos, 2022).

No debate acerca das vicissitudes em ser mãe-solo, presencia-se uma nítida dificuldade em conciliar as obrigações familiares com as atividades profissionais, o que as coloca em uma posição desvantajosa no mercado de trabalho, especialmente em relação aos homens (Borges, 2020; Santos, 2020; Oliveira; Pereira; Rolim, 2021; Antoniazzi, 2022; Santos, 2022; Santos, 2022). Seguindo essa lógica, os resultados obtidos na pesquisa de Santos (2020) conjecturam que o trabalho remunerado e a graduação ocupam parte do dia dessas mulheres. Entretanto, a maternidade encontrou-se como a dedicação que mais demanda tempo.

### *3.1.2.1 (Re)significando a maternidade solo e desconstruindo estigmas: Novas possibilidades e estratégias de enfrentamento*

Com base na discussão acerca do ser mãe-solo na contemporaneidade, torna-se imprescindível ir além da problemática cerne do fenômeno. Mais do que isso, toma-se como relevante expandir os horizontes de novas possibilidades de enfrentamento e promover estratégias adaptativas perante os atravessamentos psicossociais adversos que são experienciados.

A partir da análise realizada mediante o que foi trazido à tona pela bibliografia selecionada, pôde-se focar 3 aspectos inerentes à esta **Categoria 2**: 1) Redes sociais de apoio e Resiliência; 2) Políticas Públicas e Suporte Socioemocional; e, 3) O papel da Psicologia na modificação das estruturas sociais.

#### **1) Redes de Apoio e Resiliência**

De acordo com Magalhães, Nascimento e Da Rocha (2022), uma rede de apoio significativa pode auxiliar genitoras solo no enfrentamento das vicissitudes, sendo composta por vários grupos (à exemplo: familiar, comunitário, serviços públicos de creches) e/ou indivíduos que comprometem-se a fornecer suporte constante à estas mães, em seu âmbito maternal e psicossocial. O desenvolvimento desta rede pode ser dado de forma orgânica e vantajosa através da prevenção de transtornos psicológicos e outras doenças, contribuindo substancialmente para a promoção de resiliência nesse grupo de mulheres e nos sujeitos que compõem esta rede.

Para Torres et al. (2020), a resiliência pode ser adquirida quando o indivíduo toma para si sua realidade e a modifica, transformando sua história de vida e ressignificando o seu contexto social, mas sempre influenciado por interações positivas que o protegem. A atribuição da resiliência irá depender da habilidade que cada sujeito tem em reconhecer as raízes do sofrimento, buscando, assim, as mudanças necessárias que conduzam a direções alternativas e sentidos para viver.

A resiliência em mães-solo, por sua vez, pode se configurar como uma forma de atravessar as adversidades inculcadas em suas vivências, capacitando-as na promoção de adaptação e recuperação, passando a ocupar, assim, um lugar ativo na promoção dessas

experiências (Magalhães; Nascimento; Da Rocha, 2022). Esta habilidade pode ser conquistada na relação em comunidades, objetivando a criação de proteção, necessárias para o enfrentamento de adversidades, por intermédio do estreitamento de laços fortes e saudáveis (Torres et al., 2020; Benatti et al., 2021; Magalhães; Nascimento; Da Rocha, 2022).

Devido à carência de atenção especializada do Estado, as redes de apoio entram nesta trama como um caminho possível para a recuperação de danos e para a utilização de alternativas preventivas, de modo a auxiliar assertivamente na aquisição de habilidades funcionais ao estresse psicológico e aos sentimentos de exaustão e sobrecarga (Juliano; Yunes, 2014).

Dentro desse âmbito, a Resiliência Familiar apresenta-se como uma abordagem orientada em prol da priorização da busca por influências positivas, passadas e presentes e potenciais, identificando-se mentores potenciais e significativos na rede de pertença com os membros da família, explorando, ademais, “como o momento do sintoma pode estar conectado a transições familiares altamente estressantes” (Torres et al., 2020, p. 33428).

Desse modo, a literatura explora que as intervenções baseadas na Resiliência Familiar:

(...) podem ser adaptadas a outros formatos, incluindo o trabalho com terapias de grupo em instituições, comunidades, psicoeducacionais, traumas complexos, grandes desastres, parcerias com família-escola de jovens em situação de vulnerabilidade social, sempre no sentido de objetivar: promover o autoconhecimento em nível individual e familiar; compreender a importância do diálogo e do respeito ao outro; reconhecer os padrões que geram os comportamentos; compreender a dinâmica de papéis dentro do funcionamento familiar, melhorar a comunicação e as relações entre os membros da família; aumentar a responsabilidade pessoal; favorecer mudanças construtivas de forma a harmonizar o ambiente familiar (Torres et al., 2020, p. 33429).

Em outras palavras, são as relações apoiadoras que viabilizam a resiliência familiar. Em consonância a isso, os supracitados autores atentam-se para o fato de que este conceito não deve ser aplicado a fim de culpabilizar as famílias que não conseguem superar as suas adversidades, estereotipando-as como frágeis, vulneráveis ou impossibilitadas às mudanças. Pelo contrário, esta intervenção deve se apoiar na assertiva de identificar, acolher e ressignificar suas potencialidades.

## **2) Políticas Públicas e Suporte Socioemocional**

As famílias vulneráveis e não nucleares precisam de políticas institucionais, estruturas e programas que assegurem o apoio perante vivências e contextos adversos, e não apenas que haja puramente a identificação de suas fragilidades (Santos, 2020; Torres et al., 2020; Magalhães; Nascimento; Da Rocha, 2022; Santos, 2022; Soares; Pereira, 2022).

Sobre esta última tópica, Santos (2020) elucida:

É preciso que toda a rede de apoio pública sendo saúde ou Assistência Social busque entender e aceitar a formação uniparental das famílias e compreender suas necessidades, sem estereótipos culturais e estigmas relacionados ao estado civil das mães, sem caracterizá-las como desestruturadas ou desorganizadas, mas compreendendo suas múltiplas necessidades (Santos, 2020, p. 26).

Logo, urge que a maternagem solo seja pensada e atendida em suas especificidades nos serviços de cuidados relacionados à maternidade e à família. Para tanto, é fundamental que o profissional da área da saúde tenha conhecimentos em atendimento psicológico, de modo a não rotular e nem categorizar esse grupo de mulheres, mas sim fornecer um acolhimento sensível, empático e condizente às suas singularidades (Santos, 2020; Magalhães; Nascimento; Da Rocha, 2022; Nascimento et al., 2021; Santos, 2022).

Na visão de Theodoritsi et al., (2018) citado por Santos (2020), em grupos de mães solo socialmente vulneráveis, o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família (PBF) deve ser acompanhado de programas públicos que forneçam suporte educativo através do incentivo à criação de redes de apoio que protejam esse grupo da exclusão social, assegurando uma forma de cuidado multidimensional. Isto posto, destaca-se, na literatura científica, que o investimento em políticas públicas que promovam o bem-estar, a autoestima, um melhor suporte financeiro e uma rede de apoio à essas mulheres e aos seus filhos constitui-se como uma eficiente estratégia de enfrentamento diante do fenômeno da monoparentalidade feminina (Santos, 2020; Santos, 2022).

A literatura reflete que é imprescindível priorizar a efetivação de políticas públicas que fomentem a geração de renda e o acesso igualitário ao mercado de trabalho formalizado, de modo a não concentrar a atenção apenas em políticas isoladas que focam única e exclusivamente nas funções reprodutivas desse grupo de mulheres (Babiuk, 2015; Soares; Pereira, 2020; Santos, 2022).

Dentre as ações públicas que podem atender e suprir as necessidades psicológicas, sociais e emocionais citadas pela autora Santos (2020), são trazidos à tona estudos internacionais que comprovam o custo-efetividade dos grupos cognitivo-comportamentais com mães-solo, cujas intervenções promoveram a diminuição dos “sintomas depressivos e os pensamentos negativos, assim como os escores de estressores crônicos (preocupações financeiras, sobrecarga de funções, problemas com emprego, preocupações parentais e conflitos interpessoais)” (Peden et al., 2005 apud Santos, 2020, p. 14). Traz-se, nesse sentido, uma possibilidade de prática interventiva que vai além dos recebimentos monetários e que, por consequência, diminuem os gastos públicos com o tratamento.

### **3) O papel da Psicologia na modificação das estruturas sociais**

Por mais que o acompanhamento psicológico se mostre necessário, os achados bibliográficos informam que apenas intervenções clínicas e remediativas não demonstram-se suficientes para mudanças efetivas em prol da mitigação do sofrimento psicológico de mães solo, especialmente tratando-se do público que se encontra em situação de vulnerabilidade social (Xavier; Zanello, 2018; Magalhães; Nascimento; Da Rocha, 2022).

Ao citar Bourdieu (2022), Barbosa et al., (2023) asseveram que: “(...) para se combater a dominação e submissão das mulheres pelo patriarcado, é necessário confrontar as aparências, desnaturalizar o gênero como fator biológico e compreender sua construção como histórico-social, e, portanto, passível de questionamentos e desconstruções” (p. 25).

Levando em consideração que a expressão “mãe solteira” ainda é socialmente naturalizada, tem-se que, modificar a maneira de nomear e se referir a essas mulheres, além de representar uma forma de ressignificar essa modalidade de maternagem, visa mitigar o preconceito com as genitoras que não têm qualquer relação com o pai de seus filhos, ou com mães que se separam, ou mães que optaram por serem mães sem necessariamente estarem vivenciando uma relação conjugal (Silva; Cassiano; Cordeiro, 2019).

O peso da parentalidade para homens e mulheres é díspar. Problematizar esse lugar é de fundamental importância para que se construa um pensamento igualitário entre a maternidade e a paternidade, reconhecendo igualmente que a função de cuidado despendida à mulher constitui-se enquanto uma construção social intimamente ligada aos interesses do capitalismo e, por consequência direta, à exploração de uma força de trabalho mal paga, desprivilegiada e desvalorizada social, econômica e politicamente. Urge, nesse sentido, a necessidade de socialização desse cuidado, partindo de uma perspectiva de que os sujeitos, especialmente homens, sejam ensinados e aprendam, desde pequenos, que a função de pai e de mãe são igualmente essenciais no contexto parental (Santos, 2022).

Faz-se necessário, portanto, o contributo da Psicologia em uma práxis capaz de promover mudanças sociais no sistema em vigência, modificando estruturas mantenedoras do sexismo, do capitalismo e das diversas formas de relações de poder existentes. Pois,



conforme teoriza Santos (2022): “Articulando-se dentro do lugar da Psicologia, é importante pensar em como pode-se discutir e ocupar espaços para além de uma psicologização e/ou psicoeducação” (p. 26).

#### 4 CONCLUSÃO

A partir da análise feita, pudemos identificar os mecanismos de gênero, influenciados por uma lógica patriarcal e conservadora, que acabam por subverter hodiernamente as múltiplas vivências de mulheres mães-solo brasileiras, evidenciando, ademais, a forma pela qual esses fatores preponderantes podem determinar e repercutir no acometimento psicossocial deste grupo de mulheres.

Esclareceu-se, por meio deste estudo, que as antigas concepções sócio históricas da maternidade seguem gerando consequências sociais, emocionais e psicológicas na configuração familiar monoparental feminina, comprovadas, especialmente, por meio da elucidação dos discursos e vivências subjetivas elencados e discutidos por meio da análise das pesquisas de campo realizadas com o público-alvo. Assim, verifica-se que os objetivos que alçaram esta pesquisa foram alcançados e as respostas à pergunta norteadora foram devidamente clarificadas.

Destaca-se que o presente artigo de revisão conta com aspectos que expressam limitações. Mediante as buscas realizadas nas bases de dados utilizadas, pôde-se inferir que a quantidade de artigos publicados e produções acadêmicas em língua portuguesa que debruçam-se ao estudo da maternidade solo e seus aspectos psicossociais, ainda manifestam-se de forma restrita. Isto posto, faz-se mister que a presente temática investigada seja mais explorada e reconhecida no âmbito de literaturas científicas, devido, principalmente, à sua notória pertinência e relevância.

Como outro fator limitante, cunha-se que esta revisão narrativa foi composta majoritariamente por estudos nacionais. Destarte, traz-se a sugestão de que a elaboração de novos estudos conte com um entendimento temático à nível internacional, através da inserção de artigos encontrados em outros idiomas.

Traz-se a recomendação de que futuras pesquisas nesse viés temático considerem a utilização de uma abordagem interseccional e dos diversos marcadores sociais, tendo em mente que o presente estudo expôs que gênero, raça, classe e território conduzem à cenários desarmônicos no que tangencia as formas de experienciar a maternagem solo. Ressalta-se, também, a proposta de que haja uma atenção voltada ao último marcador social supracitado, levando em consideração a carência de produções nas bases de dados que se debruçam no estudo da correlação entre maternidade solo e territorialidade.

Outrossim, em estudos posteriores, sugere-se que haja o desenvolvimento de pesquisas que busquem investigar os desafios da maternidade solo em grupos sociais específicos, dando voz ativa às mães que estão inseridas em contextos diversos, a exemplo: PCD's (Pessoas com Deficiência); mulheres indígenas; mulheres em situação de vulnerabilidade social; mulheres privadas de liberdade; mulheres negras; e mulheres membros da comunidade LGBTQIAPN+. Busca-se-à, nesse sentido, compreender mais amplamente as singularidades de suas plurais vivências sociais e subjetivas, enxergando a maternagem em carreira solo por uma ótica mais abrangente e inclusiva, fazendo ressoar, no âmbito científico, a expressão da representatividade feminina.

#### REFERÊNCIAS

ANTONIAZZI, Carolina Bernardini. Maternidade: uma forma de opressão?. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v. 39, n.º 2/2021, Dossiê II Encontro do GT Filosofia e Gênero, São Paulo, 2021.

BABIUK, G. A. **Famílias monoparentais femininas, políticas públicas em gênero e raça e**

**serviço social.** [Apresentação em Seminário]. I Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 27-29 out., 2015.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado:** o mito do amor materno. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, C. et al. Mães Solo: disputas e embates da monoparentalidade feminina na contemporaneidade. **ODEERE**, vol. 8, n. 2, p. 19-40, 2023.

BENATTI, A. P. et al. Famílias Monoparentais: Uma Revisão Sistemática da Literatura. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, (n.spe 3), e209634, p. 1-14, 2021.

BENSUSAN, Hilan. Quem pode fugir dos filhos indesejados?. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 1, p. 322-324, 2012.

Brasil registrou mais de 100 mil crianças sem nome do pai só este ano; são quase 500 por dia. **Portal G1 Distrito Federal**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/08/13/brasil-registrou-mais-de-100-mil-criancas-sem-o-nome-do-pai-so-neste-ano-sao-quase-500-por-dia.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Senado Federal**. Congresso lembrará os 100 anos de instituição do Dia das Mães em sessão solene. Senado Notícias, mai. 2018.

BORGES, L. Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. **Revista Direito e Sexualidade**, vol. 1, n. 1, p. 1-23, 2020.

CORDEIRO, A. M. et al. REVISÃO SISTEMÁTICA: UMA REVISÃO NARRATIVA. **Rev. Col. Bras. Cir.**, vol. 34, n. 6, nov./dez. 2007.

DAMACENO, N.; MARCIANO, R.; DI MENEZES, N. As Representações Sociais da Maternidade e o Mito do Amor Materno. **Perspectivas em Psicologia**, Uberlândia, v. 25, n. 1, p. 199-224, jan/jun., 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística de Gênero:** % de mulheres responsáveis por famílias sem cônjuge e com filhos no Brasil. Brasil, 2010.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (et al.). **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça.** 4º edição, Brasília: Ipea, 2011.

JULIANO, M.; YUNES, M. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 135-154, 2014.

LIMA, Ana Cecília Ferreira de. **Maternidade solo:** as vivências de maternidade de mulheres-mães. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Psicologia. Minas Gerais: Uberlândia, 2020. 36 p.

MAGALHÃES, M.; NASCIMENTO, L.; DA ROCHA, W. ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DE MÃES-SOLO EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: IDENTIDADE E ENFRENTAMENTOS. **Revistaft**, Edição 116, nov. 2022.

MARIANO, J. et al. FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS, MONOPARENTALIDADE E A EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE SOLO. **Revista Científica UMC**, Edição Especial PIBIC, ISSN 2525-5250, dez. 2020.

MATTAR, L. D.; DINIZ, C. S. G. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdade no exercício de direitos humanos pelas mulheres. **Interface – comunicação, saúde, educação**, vol. 16, n. 40, p. 107-120, 2012.

NASCIMENTO, A. et al. Maternidade solo e interseccionalidades: práticas de cuidado no contexto da atenção básica. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, 11, e4393, 2022.

OLIVEIRA, L. C; PEREIRA, L. R; ROLIM, J. M. A EFICÁCIA DO DISPOSITIVO MATERNO: POSSÍVEIS INFLUÊNCIAS DA ROMANTIZAÇÃO DA MATERNIDADE NA SAÚDE MENTAL DE MÃES-SOLO NA CIDADE DE ARCOVERDE-PE. **RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar**, vol. 2, n. 6, 2021.

RESENDE, D. K. Maternidade: uma construção histórica e social. **Pretextos**, vol. 2, n. 4, p. 175-191, 2017.

ROTHER, E. T. Revisão Sistemática X Revisão Narrativa. **Acta Paul Enferm.**, vol. 20, n. 2, 2007.

SANTOS, Edvania Mirely Alves dos. **Sofrimento psíquico enfrentados por mães solo que não tem rede de apoio**. 2022. TCC (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, Juazeiro do Norte – CE, 2022.

SANTOS, Laura Mendes Toledo Dal’Ava dos. **Repercussões da maternidade solitária na insegurança alimentar domiciliar, na saúde mental e na qualidade de vida entre mulheres em situação de pobreza**. 2020. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) — Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SANTOS, Valentina Cabral Lopes dos. **Filha/o da mãe: o sofrimento ético-político de mães na perspectiva interseccional**. 2022. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2022.

SANTOS, Ana Clara Dantas dos. **A EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE SOLO PARA MULHERES USUÁRIAS DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL**. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SILVA, C. G.; CASSIANO, K. K.; CORDEIRO, D. F. **Mãe solo, feminismo e Instagram: análise descritiva utilizando mineração de dados**. [Apresentação em Congresso]. XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, Goiânia, Goiás, Brasil, 22-24 mai., 2019.

SILVA, J. et al. A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. **Feminismos**. UFBA, v. 8, n. 3, 2020.

SOARES, G. S. **Experiências reprodutivas e desejos de maternidade em lésbicas e bissexuais**. Anais do Congresso Fazendo Gênero 9, diásporas, diversidades, deslocamentos da Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, UFSC, 2010.

SOARES, G. S; PEREIRA, A. C. C. Possibilidades de criação monoparental feminina em contexto de vulnerabilidade social. **Conjecturas**, v. 22, n. 8, p. 512-536, 2022.

TEIXEIRA, L.; PARENTE, F.; BORIS, G. Novas configurações familiares e suas implicações subjetivas: reprodução assistida e família monoparental feminina. **Rev. Psico**, v. 40, n. 1, p. 24-31, 2009.

THURLER, Ana Liési. **Em nome da mãe: O não reconhecimento paterno no Brasil**. Florianópolis: Mulheres, 2009.

TORRES, J. et al. Resiliência e famílias: reflexão teórica sobre laços afetivos e familiares. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 6, p. 33419-33432, jun. 2020.

VÁSQUEZ, G. Maternidade e Feminismo: notas sobre uma relação plural. **Revista Trilhas da História**, vol. 3, n. 6, p. 167-181, 2014.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

XAVIER, Aline; ZANELLO, Valeska. Ouvindo o inaudito: mal-estar da maternidade em mães ofensoras atendidas em um CREAS. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 52, 2018.

ZANELLO, Valeska. “**Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia**”. In: ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge (Orgs.). **Aborto e (Não) Desejo de Maternidade(s): questões para a Psicologia**. Brasília: CFP, 2016. p. 103-122.

ZANELLO, V. et al. Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 30, n. 2, 2020.

## AGRADECIMENTOS

Chegou o esperado momento de agradecer às pessoas que adentraram à minha vida durante estes 5 longos anos de graduação e, sobretudo, àqueles que se fizeram presentes e estiveram comigo desde sempre.

Primeiramente, dedico este TCC aos meus pais, Maria Madalena e José Ribamar.

Desde muito pequena, sempre tive comigo a convicção de que, independentemente do caminho que eu escolhesse traçar no futuro, meus pais estariam ali me apoiando e vibrando junto comigo. O futuro finalmente chegou, e o prometido apoio incondicional cumpriu-se... obrigada por serem quem são, por desde sempre terem me concedido o livre arbítrio de decidir o que eu quero ser, por me inspirarem todos os dias, e por me ensinarem o caminho da bondade, empatia e amor ao próximo. Amo vocês demais!

Aos meus avós, que não estão mais presentes em vida terrena, mas que permanecerão eternizados em meu coração e em minha memória... Vos amo!

À minha família, por todo o apoio e encorajamento.

Dedico à pessoa que foi minha fonte de inspiração para desenvolver este tema de TCC, minha irmã Nathália Beatriz, sinônimo de resiliência! Obrigada por tudo. Amo você!

Aos meus sobrinhos, José Flávio e Maria Lara. Esses dois serzinhos são os grandes responsáveis por me tirarem boas risadas e por me darem boas doses de afeto em dias difíceis e estressantes... Eles representam a minha fonte de abastecimento diário. São, DE FATO, meu ponto de paz e o meu porto seguro. Obrigada por colorirem os meus dias cinzentos e por trazerem mais cor aos dias que, por si só, já são coloridos. Aninha ama vocês infinitamente!!!

Ao baby Noah, meu pet!

À psi Caroline Arcênio. Sou grata por todo o acolhimento, empatia, carinho e suporte direcionado a mim. Obrigada por ter sido uma grande facilitadora do meu processo!

À turma 2019.1 do curso de Psicologia da UEPB. Tenho orgulho do percurso traçado por cada um. Nós conseguimos!

À Maria Eduarda Gibson, discente voluntária do projeto de PIBIC: “*Cyberbullying e*

Adolescência: um estudo das representações sociais”. Obrigada por toda a parceria e comprometimento!

Às minhas parceiras de trabalhos e seminários, Jak e Sarah. Me considero uma pessoa de sorte por tê-las tão pertinho ao longo desses intensos 5 anos. Obrigada por toda a parceria e companheirismo! Vocês são pessoas significativas que eu quero levar para a vida. Amo vocês!

À Victoria, minha dupla. Vic foi uma das grandes responsáveis por tornar a minha jornada acadêmica mais leve e repleta de significados! Tudo o que vivenciamos nesses 5 anos ficarão guardados para sempre em minha memória, desde as crises de risos por bobearias até os momentos de ajuda, acolhimento, companheirismo e suporte mútuo. Este singelo textinho é insuficiente para expressar o quão grata sou por ela ter cruzado o meu caminho. Vic, você é e sempre será uma das minhas duplinhas preferidas! Obrigada por tudo!

À professora Livânia Beltrão, pela atenção, orientação e disponibilidade. Mesmo não podendo ser minha orientadora de PIBIC, se disponibilizou para elaborar e delimitar junto a mim o tema da pesquisa, somando esforços ao me indicar uma professora que pudesse me conceder a orientação. Essa atitude diz muito sobre a profissional que ela é: atenciosa e comprometida. Grata por todo o suporte!

À Diana Sampaio, minha professora orientadora do PIBIC e do presente TCC. Fui agraciada pelo destino por tê-la conhecido durante minha trajetória acadêmica e por ter tido a grande oportunidade de ser sua orientanda. Obrigada por toda orientação, atenção, dedicação, empatia e profissionalismo despendidos a mim e ao desenvolvimento desses dois trabalhos. Gratidão por sempre respeitar o meu processo de escrita, tornando-o mais leve e menos exaustivo. Muito obrigada, por absolutamente tudo!

Ao professor Felipe Arruda. Tê-lo como professor supervisor dos Estágios Supervisionados I e II foi um verdadeiro privilégio, não só para mim, mas acredito que para todos os alunos envolvidos. Levarei comigo cada orientação, cada conselho e cada aprendizado! Prof Felipe não apenas trouxe contribuições à minha vida profissional e à prática clínica em Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), mas também ao meu desenvolvimento pessoal... Ele me encorajou a ser mais persistente naquilo que acredito, a ser gentil comigo mesma, a abraçar o meu eu compassivo, a enfrentar situações ansiogênicas, e, sobretudo, a confiar mais em mim e em meu processo. Obrigada por desde o início compreender, acolher e respeitar os meus limites!

Ao grupo de Estágio Supervisionado em Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC): Atamar Evelyn, Clara Tavares, Emily Íshila, Jakelline Mikellen, Leonara Brito, Mariana Alves, Sarah Meira e Sueverson Alves. Durante este ano, foram vivenciados momentos incríveis de intensos aprendizados, relatos, partilhas, acolhimento, risadas e descontração. Levarei todos vocês e os momentos de supervisão para sempre junto comigo! Obrigada por tornarem minhas quintas e sextas mais leves e prazerosas. Amo vocês!

Durante minha trajetória, constantes lutas internas foram travadas.

Se eu pensei em desistir? SIM! Porém, em todos esses momentos, sempre ecoou dentro de mim uma voz compassiva que me impulsionou a continuar a nadar, apesar da tempestade!

Algo que representou uma virada de chave na minha vida foi compreender que se tem uma coisa permanente nessa vida é a impermanência... Trata-se de entender o fim de um ciclo e acolher o início de outro. É sobre recomeçar e se reinventar quantas e quantas vezes for necessário.

A Mari adolescente de 5 anos atrás nunca imaginaria que esse momento iria chegar... Saio do curso de Psicologia uma pessoa mais leve, mais madura, mais autoconfiante e mais esperançosa, que procura diariamente enxergar além do que a superfície tem a oferecer!

Encerro este significativo ciclo da minha vida de cabeça erguida, na expectativa de vivenciar intensamente o que o futuro me reserva!

Enfim... A você Mari!

Obrigada por perseverar e por não permitir que seus medos e inseguranças ditem a sua vida. Você conseguiu!!

Por fim, a todos os envolvidos, OBRIGADA POR TANTO!